

# O PROJETO EPISTEMOLÓGICO CARTESIANO

ELOÍSA BENVENUTTI DE ANDRADE\*

**RESUMO:** René Descartes (1596-1650) em sua obra "*Méditations sur la Philosophie Première*" apresenta uma avaliação crítica do conhecimento através da escolha de um método que lhe permite duvidar de forma radical e hiperbólica do conhecimento de todas as coisas. Neste artigo veremos como tal atividade racional-reflexiva, que recebeu o nome de *dúvida metódica*, se desenvolve. Através da análise minuciosa da *Primeira, Segunda e Sexta Meditação*, mostraremos os passos dados pelo filósofo em questão a fim de demonstrar como este método inaugurou uma perspectiva de reflexão introspectiva que permitiu a construção da crença em um "eu" que, enquanto sujeito do conhecimento, é o único responsável pelos processos cognitivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Descartes, método, dúvida, dualismo, percepção.

**RESUMEN:** René Descartes (1596-1650) en su obra "*Méditations sur la Philosophie Première*" presenta una evaluación crítica de los conocimientos mediante la elección de un método que permite la duda hiperbólica y radical de los conocimientos sobre todas las cosas. En este artículo veremos como la actividad racional-reflexiva, que recibió el nombre de *duda metódica*, se desarrolla. Por el análisis detallado de la *Primera, Segunda y Sexta Meditación*, presentaremos las medidas adoptadas por el filósofo en cuestión para mostrar cómo este método ha abierto una perspectiva de reflexión introspectiva que llevó a la construcción de la creencia en un "yo" que, como un sujeto de conocimiento, es el único responsable de los procesos cognitivos.

**PALABRAS-CLAVE:** Descartes, método, duda, dualismo, percepción.

## *Introdução*

Mas também pode ocorrer que essas mesmas coisas, que suponho não existirem, já que me são desconhecidas, não sejam efetivamente diferentes de mim, que eu conheço? Nada sei a respeito; não o discuto atualmente, não posso dar meu juízo senão a coisas que me são conhecidas: reconheci que eu era, e procuro o que sou, eu que reconheci *ser*. ( Descartes - *Meditação Segunda*)

A escolha pela filosofia de Descartes a partir de suas *Meditações* sustenta-se pelo fato de que tal obra se propõe a realizar uma rigorosa avaliação sobre o

---

\* Aluno do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, mestrado em Filosofia (Área de Concentração: Filosofia da Mente, epistemologia e lógica), do Centro de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília, sob orientação do Prof. Dr. Jonas Gonçalves Coelho. Email: [eloisa\\_benvenutti@hotmail.com](mailto:eloisa_benvenutti@hotmail.com)

conhecimento das coisas do mundo. Nela, Descartes desenvolve uma perspectiva introspectiva de reflexão que inaugura um tipo de *ser* responsável, unicamente, em elaborar todos os processos cognitivos. Tal disposição acontece, à medida que o filósofo adota uma metodologia reflexiva fundamentada no processo de *dúvida metódica*. Tal atividade reflexiva consiste em duvidar de forma radical e hiperbólica de todas as coisas.

Deste modo, através do desenvolvimento deste método na *Meditação Segunda* Descartes culmina na base de seu estatuto ontológico pela sentença *eu sou, eu existo*. Assim, será focando nas conseqüências desta sentença que percorreremos neste artigo as *meditações* seguintes. Veremos, portanto, como este projeto, *epistemológico*, consolida a crença do *ser* como um *eu* que enquanto substancia dividida entre *res cogitans e res extensa*, atua no mundo também de forma dividida. Esta *substancia pensante*, dotada de mente e corpo é capaz de tornar toda obscuridade oriunda das percepções sensíveis em idéias claras e distintas. Assim, pouco a pouco no desenvolvimento de seu projeto, Descartes converte *as razões de duvidar de todas as coisas* em crenças *na falsidade de todas as coisas*. Assim, observamos, como a sólida crença sobre esta falsidade das coisas no mundo, estabeleceu um paradigma de interpretação da realidade que, limita o *existir no mundo* às idéias e representações que o *ser* possui do mesmo. Para tanto, daremos os seguintes passos em nosso percurso: discorreremos sobre o desenvolvimento lógico e psicológico da *dúvida* exposto na *Primeira Meditação*, bem como, o movimento de negação que culmina no estatuto ontológico proferido pela sentença *eu sou, eu existo* na *Segunda* das *Meditações*. Feito isso, apresentaremos a conclusão proferida por Descartes na última das *Meditações*.

## II.

Ferdinand Alquie escrevendo sobre a prova da existência de Deus concedida por Descartes nas “Meditações” define: “O objetivo das *Meditações* é desprender o

espírito dos sentidos, *abducere mentem a sensibus*. A via que elas nos propõem não é somente a de um encadeamento de razões, mas a de um itinerário vivido.” (ALQUIÉ, 1987, p.42, *grifo do autor*). Diferente da via clássica da análise de Guerroult a que nos auxilia aqui, Alquié sugere uma avaliação do projeto cartesiano pela perspectiva ontológica e nesta encontramos a importância de voltar ao pensamento de Descartes.

Algumas considerações preliminares são importantes para a compreensão da tarefa a que Descartes se dispôs nas *Meditações*. Primeiramente, é prudente lembrar o contexto no qual tal projeto está inserido, embora não seja objetivo deste trabalho avaliá-lo ou expô-lo pormenorizadamente.

A Filosofia anterior a Descartes (1596-1650), a saber, a filosofia escolástica, teria proposto algumas teses epistemológicas que o filósofo em questão considerou equivocadas. Tais teses e suas implicações são sucintamente sinalizadas no primeiro parágrafo da Primeira das *Meditações* intitulada *Das Coisas que se Podem Colocar em Dúvida* (DESCARTES, 1973, p.249). Nesse parágrafo é possível extrair a insatisfação com que certa tradição metafísica de inspiração aristotélica, predominante na época, e o desejo de fundamentar a ciência através de juízos e não opiniões ou meras noções resultantes de experiência imediata. Descartes escreve:

[...] de modo que me era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente desde os fundamentos, se quisesse estabelecer algo de firme e de constante nas ciências. (DESCARTES, 1973, p. 93)

Com isso, apresenta-se aqui uma característica importante do seu processo de “*meditação*”: trata-se de um exame interno da consciência para uma avaliação crítica do conhecimento. Por *ciência*, ele entende a possibilidade de um conhecimento irrefutável, seguro e indubitável. Já a tarefa *crítica* traduz-se na

enunciação de que se colocará em dúvida absolutamente *tudo* o que não for indubitavelmente certo.

Assim, prosseguindo no segundo parágrafo teremos, portanto, a escolha do método, bem como sua estratégia metodológica para colocar em dúvida todo o conhecimento até então existente. Descartes escreve:

[...] aplicar-me-ei seriamente e com liberdade em destruir em geral todas as minhas antigas opiniões [...] o menor motivo de dúvida que eu nelas encontrar bastará para me levar a rejeitar todas [...] visto, que a ruína dos alicerces carrega necessariamente consigo todo o resto do edifício, dedicar-me-ei inicialmente aos princípios sobre os quais todas as minhas antigas opiniões estavam apoiadas. (DESCARTES, 1973. p. 93)

No primeiro trecho acima, o filósofo enfatiza que *todas as antigas opiniões* serão questionadas. Isso implica em compreender que existe uma impossibilidade, para Descartes, de dizer o que é verdadeiro e o que é falso, bem como de extrair as principais características do método escolhido, a saber, a *dúvida metódica*: ela é *voluntária* a medida que o filósofo se dedica a realizar tal feito; *hiperbólica*, enquanto que todas as coisas serão postas em dúvida; e *radical* por não tolerar "o menor indício de dúvida". Contudo, no segundo trecho, uma importante conseqüência de tal procedimento pode ser notada. Uma vez definido o movimento da tarefa epistemológica cartesiana calcada numa "teoria do conhecimento", o *desmoronamento de todo o edifício* previamente construído para assentar o conhecimento das coisas do mundo culminará no estabelecimento de um estatuto novo, não apenas crítico do conhecimento, mas ontológico, condicionado pela nova condição lógica estabelecida.

Desse modo, a partir do terceiro parágrafo da *Primeira Meditação*, a postura voluntária do processo de dúvida seguirá uma ordem. O procedimento crítico estabelecerá uma generalização crescente na ordem das razões de duvidar. Este movimento será realizado do terceiro ao décimo parágrafo.

A primeira razão de duvidar do nosso conhecimento, segundo Descartes, será argumentada pelo aspecto fraudulento dos dados dos sentidos. Ele escreve que tudo o que anteriormente admitiu como certo e verdadeiro o fez pelo *sentidos*. Ora por *intermédio* deles, ora *apreendido* por eles. Todavia, estes se mostraram "falazes" em sua experiência cotidiana e como já fora fixada uma postura radical de que uma vez posto algo em dúvida este seria falso, não serão portanto admitidos os sentidos como fonte de conhecimento. Assim, qualquer experiência empírica é descartada aqui, privilegiando uma posição que denominamos hoje em filosofia como Racionalista. Contudo, o resíduo deixado deste terceiro parágrafo é identificado no parágrafo seguinte. Com o argumento dos *erros dos sentidos* é problematizada nessa relação perceptual com o mundo exterior, bem como a possibilidade de um critério para estabelecer uma escolha entre a loucura e a sanidade. Descartes comenta a respeito disso: "E como poderia eu negar que estas mãos e este corpo sejam meus? A não ser, talvez, que eu me compare a esses insensatos (...) que constantemente asseguram que são reis quando são muito pobres..." (DESCARTES, 1973, p. 94).

Prosseguindo, no quinto e sexto parágrafo, será argumentada a segunda razão de duvidar do nosso conhecimento com uma reflexão elaborada acerca dos nossos sonhos. Descartes conclui:

[...] não há quaisquer indícios concludentes, nem marcas assaz certas por onde se possa distinguir nitidamente a vigília do sono, que me sinto inteiramente pasmado; e meu pasmo é tal que é quase capaz de me persuadir de que estou dormindo .  
(DESCARTES, 1973, p. 94)

e continua no sexto parágrafo:

[...] e coisas semelhantes, não passam de falsas ilusões; e pensemos que talvez nossas mãos, assim como todo o nosso corpo, não são tais como os vemos. Todavia, é preciso ao menos confessar que as coisas que nos são representadas durante o sono são como quadros

e pinturas, que não podem ser formados senão a semelhança de algo real e verdadeiro. (DESCARTES, 1973. p. 94)

Nesta argumentação podemos extrair um importante traço do projeto cartesiano. Neste movimento a substância pensante solidifica sua crença na representação e abandona qualquer possibilidade do corpo auxiliar na constituição do conhecimento. Todavia, no sétimo e oitavo parágrafos um novo resíduo deste processo se estabelecerá. Como vimos no trecho do sexto parágrafo, Descartes conclui que as representações provém de uma junção de algo semelhante a uma coisa que deve ser verdadeira e real. Neste sentido, ele considerará a existência de uma verdade através das coisas simples e universais e estenderá esta conclusão a matemática. Uma vez que toda a ciência matemática foi construída a partir destas coisas simples e universais, sem auxílio da experiência, sua precisão é indubitável. Descartes explica: "(...) quer eu esteja acordado, quer esteja dormindo, dois mais três formarão sempre o número cinco" (DESCARTES, 1973. p. 95)

A terceira e última razão de duvidar do nosso conhecimento virá através da admissão de um deus-enganador no nono parágrafo. Descartes admite nesta passagem a existência de tal Deus, à medida que considera a capacidade que possui de errar e cometer equívocos refere-se a uma imperfeição sua derivada de uma possível perfeição. Uma vez sendo uma substância imperfeita, existiria um Deus que é perfeito cuja tarefa é justamente não se enganar o que faz com que existam verdades indubitáveis provadas anteriormente pela dúvida universalizada. Desse modo, um Deus enganador seria desmascarado, pois sua própria imperfeição poderia levá-lo a cometer muitos erros ou até mesmo poderia levá-lo a enganar-se sempre. Contudo, o filósofo faz uma escolha; ele opta pela suspensão do juízo em relação a suas antigas opiniões. Esta opção acontece para que evite novas falsidades e perturbações por pensamentos as quais não se deve dar crédito. O resultado disso, será a dúvida generalizada sobre todo o nosso

conhecimento proferida no parágrafo dez. Contudo, no décimo primeiro parágrafo ele conclui:

(...) fingindo que todos esses pensamentos são falsos e imaginários: até que, tendo de tal modo sopesado meus prejuízos, eles não possam inclinar minha opinião mais para um lado do que para outro, e meu juízo não mais doravante dominado por maus usos e desviado do reto caminho que pode conduzi-lo ao conhecimento da verdade [...] posto que não se trata de agir, mas somente de meditar e de conhecer. (DESCARTES, 1973, p. 96)

Em suma, finalizando a *Primeira meditação*, Descartes fará voluntariamente um outro movimento. O filósofo recorre a um artifício psicológico como um recurso a mais para seu processo de *duvidar metodicamente*. Nos parágrafos finais, onze e doze, ele admite a possibilidade da existência de um *gênio - maligno* que se dedica a enganá-lo constantemente. Por tal operação, vivificada, resulta a conversão de entre *as razões de duvidar de todas as coisas* em crenças *na falsidade de todas as coisas*.

### III

A partir do trajeto exposto acima, observamos que o projeto cartesiano pretende, mais do que duvidar de todas as coisas do mundo, pretende encontrar uma *certeza* no mundo. Assim, a tarefa da *Meditação Segunda* será estabelecer do que se trata *a natureza do espírito humano*, bem como buscará provar que tal natureza espiritual *é mais fácil de conhecer do que o corpo*.

Anteriormente, vimos que o processo da "dúvida" fora generalizado (universalizado) no décimo parágrafo da *Meditação Primeira*. Este movimento também foi reivindicado por Descartes como algo a ser vivificado seriamente. Contudo, como veremos na *Meditação Segunda*, existe uma vontade por parte do filósofo em não se ater radicalmente neste processo. Existe uma preocupação neste momento em apreender alguma certeza no mundo que forneça uma opção

outra que não a oriunda da escola filosófica cética. Para tanto, o filósofo, dedicará dos parágrafos um ao nove, uma meditação acerca *da natureza do espírito humano* encontrando no quarto parágrafo sua primeira certeza que refletida desencadeará em uma *ordem das razões*.

No segundo parágrafo, Descartes explicita tal plano:

Arquimedes, para tirar o globo terrestre de seu lugar e transportá-lo para outra parte, não pedia nada mais exceto um ponto que fosse fixo e seguro. Assim, terei o direito de conceber altas esperanças, se for bastante feliz para encontrar somente uma coisa que seja certa e indubitável. (DESCARTES, 1973, p. 99)

Aqui, podemos observar o anseio pela primeira certeza que possibilitará a inauguração da cadeia de razões cartesianas. Esta primeira certeza pode ser interpretada como um primeiro ponto *fixo e seguro*. Dessa maneira, pela articulação entre idéias e representações matemáticas, observamos um traço fundamental da epistemologia cartesiana, a saber, um projeto cuja imagem e desenvolvimento ligam-se através de um elo geométrico.

Neste sentido, no quarto parágrafo, Descartes prosseguirá fielmente a regra outrora estabelecida, com efeito, a *dúvida metódica*. Esta postura lhe permitirá alcançar o primeiro ponto que necessita. Tal ponto, seguindo o cunho analítico da meditação, não se limitará a existência de Deus ou a admissão de um sujeito concreto. Por uma análise intencional da dificuldade em que se encontra, Descartes percorrerá o seguinte caminho:

Serei de tal modo dependente do corpo e dos sentidos que não possa existir sem eles? Mas eu me persuadi de que nada existia no mundo, que não havia nenhum céu, nenhuma terra, espíritos alguns, nem corpos alguns: não me persuadi também, portanto, de que eu não existia? Certamente não, eu existia sem dúvida, se é que eu me persuadi, ou, apenas pensei alguma coisa. Mas há algum, não sei qual, enganador mui poderoso e mui ardiloso que emprega toda a sua industria em enganar-me sempre. Não há, pois

dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu penso ser alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisto e de ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, *eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito. (DESCARTES, 1973, p. 100)

Eis então a primeira ordem na "ordem de razões cartesianas": *eu sou, eu existo*. Nota-se que esta primeira certeza de um *eu-existente* fora encontrada em um movimento de negação, ou seja, quando o *eu* nega e percebe o equívoco ou engano ao qual pode estar sendo submetido, este mesmo *eu* encontra a existência. Contudo, este movimento baseia-se na suspensão do juízo que se revela definitiva na apreensão de verdades sempre que atualizada, ou nas palavras de Descartes, sempre "que a concebo em meu espírito". Nesta medida, a apreensão de verdades pelas opiniões fundamentadas pela experiência perceptiva e não submetida a este processo introspectivo estão descartadas por hora. Com isso, existe agora uma abertura para uma postura que utiliza a metodologia cética, a saber, pelo procedimento de suspensão do juízo e dúvida, mas, não se limita a ontologia desta escola. Agora, o exame da essência do ser, ou seja, do *eu-cartesiano*, confunde-se com o exame da existência de um eu capaz de discernir verdade e falsidade através do crivo da razão. Com a adoção da metodologia calcada na *dúvida metódica* radical não será mais necessário temer equívoco ou engano algum.

Dessa maneira, Descartes renuncia a exterioridade na busca pelo conhecimento verdadeiro e estabelece como medida para alguma certeza na pergunta pelo ser, a dúvida. Assim, o próximo passo será especular sobre a *natureza* deste *eu* adotando o processo introspectivo, racional, intencional e geométrico como base definitiva deste projeto.

Portanto, segue-se a reflexão sobre esta primeira certeza buscando a real essência do ser e sua natureza. Contudo, é importante enfatizar com que

autoridade Descartes atribui tal autonomia ao *eu* que pergunta. Ele escreve no sexto parágrafo:

[...] determe-ei em considerar aqui os pensamentos que anteriormente nasciam por si mesmos em meu espírito e que eram inspirados apenas por minha natureza, quando me aplicava a consideração de meu ser. (DESCARTES, 1973, p. 101)

Este trecho trata-se de um passo intermediário entre duas opiniões acerca da natureza do *eu*. A primeira opinião, de base filosófica, que Descartes considera é a do homem como "homem racional". No entanto, o filósofo descarta tal opinião pelo fato de que definir os conceitos para *homem e racional* o condenariam possivelmente a uma regressão ao infinito. Deste modo, concordando com a tradição escolástica, ele aceita a distinção comum estabelecida pela Física da época entre corpo e alma. Esta opinião, sobre o que seja a *natureza do eu*, considera, nas palavras de Descartes, o corpo físico como "uma máquina composta de ossos e carne" (DESCARTES, 1973, p.101), extensa e passível a percepção sensível. Por outro lado, a alma seria uma "um ar muito tênue" que *insinua* o movimento do corpo e torna-se portanto responsável pelo pensamento. Deste modo, Descartes preza como "natural" esta faculdade da alma e exclui a experiência perceptiva e a natureza corpórea novamente do processo psicológico de apreensão do conhecimento.

No início do sétimo parágrafo ele prossegue a reflexão que dispõe agora indagando "Mas eu, o que sou eu [...]" (DESCARTES, 1973, p. 102) e escreve:

O pensamento é um atributo que me pertence; só ele não pode ser separado de mim. Eu sou, eu existo, isto é certo; Mas por quanto tempo? A saber, por todo o tempo em que eu penso, pois poderia, talvez, ocorrer que, se eu deixasse de pensar, deixaria ao mesmo tempo de ser ou de existir. [...] nada sou, pois, falando precisamente, senão uma coisa que pensa; isto é, um espírito, um entendimento ou uma razão, que são termos cuja significação me era anteriormente desconhecida. (DESCARTES, 1973, p. 102).

Desse modo, a natureza que proporciona o estabelecimento da essência do ser traduz-se pela crença do pensamento como idéia voltada para uma determinação metafísica do conhecimento. Sendo assim, posso conhecer a realidade das coisas do mundo à medida que atribuo um sentido através da reflexão introspectiva, ou seja, se outrora o *eu* estava condenado a um conhecimento confuso proveniente da experiência perceptiva, neste momento já o sabe que pode conhecer por intermédio da razão. Assim, a *coisa pensante* é a segunda conquista na busca das certezas na ordem das razões e Descartes prosseguirá no nono parágrafo descrevendo suas faculdades e explorando seu atributo fundamental, com efeito, a natureza da coisa como pensamento.

Partindo disto, do décimo parágrafo ao décimo oitavo, a *Meditação Segunda* terá como tarefa conquistar a terceira certeza na *ordem das razões*, a saber, de como *o espírito é mais fácil de conhecer do que o corpo*. Não nos ateremos pormenorizadamente à análise de tal movimento, contudo, podemos observar alguns fundamentos do Projeto Cartesiano calcado nos pressupostos geométricos que nos auxiliaram no entendimento desta epistemologia.

Seguindo do décimo parágrafo, o projeto cartesiano se caracteriza também como um projeto de ciência. Descartes conceitualiza a *imaginação* como algo que nos levaria a uma regressão ao infinito de idéias, todavia, estabelece pelo estatuto firmado ao longo deste trajeto a emissão de juízos pela atividade intelectual como uma alternativa de *certeza*. Ainda no décimo parágrafo, Descartes sugere que separemos o que estamos atualmente limitando nosso pensamento. Assim, no décimo primeiro parágrafo fará uma distinção entre conhecimento da "consideração das coisas mais comuns" ou hábitos e conhecimento intelectual, fornecendo sua *dúvida* como metodologia eficiente. Com isso, a natureza do corpo apenas pode ser conhecida pela atividade de reflexão introspectiva, o que fundamenta a busca pela identidade dos objetos e o próprio reconhecimento do *eu* por um processo intelectualista.

A terceira certeza na ordem das razões de que é *mais fácil conhecer o espírito do que o corpo* provém da crença na clareza da idéia sobre tal conceito. Enquanto o corpo ainda trata-se de algo confuso no plano da existência, a idéia dele apresenta-se indubitável pela introspecção.

#### IV

A partir do que dissertamos sobre a *Meditação Primeira* e a *Segunda Meditação* procuramos oferecer alguns dos pressupostos básicos do pensamento cartesiano nas *Meditações*. Pela epistemologia apresentada notamos que a intenção de Descartes era de fundamentar uma Filosofia extraída de um esquema metafísico por excelência baseado em uma *ordem de razões* do conhecimento. A proposta de Descartes era, uma vez estabelecido os primeiros princípios pelo resíduo do que fora colocado em dúvida, poder seguir utilizando o crivo da razão pelo raciocínio ordenado, deduzindo verdades sobre o mundo. Assim, a evidência concedida pelo filósofo e seu projeto é que o entendimento seria uma faculdade capaz de corrigir os equívocos ou erros dos sentidos. Para ele, os *sentidos* nos fornecem apenas signos de uma possível realidade material calcada em nossas necessidades, todavia, pelas certezas matemáticas teríamos a oportunidade de aperfeiçoar nossa razão de forma simples, uma vez que as idéias matemáticas são claras e distintas e independem dos sentidos caracterizados por sua individualidade e mutabilidade.

Vimos que pela adoção do processo de *dúvida metódica* foi possível ao filósofo alcançar, a medida que tal processo se radicalizava, uma ordem crescente de certezas, chegando a sua máxima indubitável, com efeito, *se duvido penso*. Desta forma, Descartes explicita sua total segurança e confiança na razão, pois deduz o *pensamento* do próprio processo de *dúvida* realizado durante sua meditação. Assim, a certeza do Cogito cartesiano tem em seu cerne a existência do eu enquanto ser pensante, o que leva o filósofo à necessidade de estabelecer

alguma outra coisa existente no mundo além do seu espírito, caso contrário, recairia em um solipsismo. Este movimento será feito na *Terceira meditação* aonde o filósofo prova a existência de Deus. Este passo é importante, pois será necessário ao pensador como alicerce de sua última prova, a saber, a existência do mundo físico que veremos adiante na *Sexta Meditação*.

Segundo Descartes, ao reconhecermos nossas limitações e nossos traços de imperfeição a escolha que se coloca é a de não nos deixarmos corromper por tal infortúnio. Ao longo de suas *Meditações* ele nos fornece alguns argumentos que auxiliam a colocar-nos como intermédio entre as certezas e incertezas do mundo, restando apenas ao eu que é puro pensamento alcançar uma Ciência. Isso se torna perfeitamente viável ao passo que Descartes prova na *Terceira Meditação* a existência de Deus por uma regressão ao absurdo. Ele coloca que o fato de podermos pensar que Deus existe, *justifica* e legitima a idéia de Deus na mente humana. Com isso, a clareza das idéias se tornam a dimensão do que é a realidade no mundo e o critério para o estabelecimento de uma verdade baseia-se nesta evidência. O filósofo coloca também na sua *Quarta Meditação* que não se deve questionar com qual intenção ou finalidade Deus alegadamente estabelece as coisas desta forma, mas é certo de que se trata de um ato de bondade.

Portanto, o cenário ontológico para a última meditação traduz-se pela dicotomia *res infinita* e *res cogitans* que fundamentam em si a possibilidade de uma objetividade do conhecimento científico (pela garantia da existência de Deus percebida por uma clareza subjetiva que é passível de objetivação). Assim, na *Sexta e última Meditação*, Descartes demonstrará, a partir da causalidade divina sobre a coisa pensante, a existência do mundo físico e, por conseguinte, o conhecimento de outros corpos. Para tanto, Descartes no décimo sétimo parágrafo de sua Meditação estabelece o que se evidenciará como uma distinção entre a alma e o corpo nos processos cognitivos:

[...] pelo próprio fato de que conheço com certeza que existo, e que, no entanto, noto que não pertence necessariamente nenhuma outra coisa a minha natureza ou a minha essência, a não ser que sou uma coisa que pensa, concluo efetivamente que minha essência consiste somente em que sou uma coisa que pensa ou uma substância da qual toda a essência ou natureza consiste apenas em pensar. (DESCARTES, 1973, p. 142).

E estabelece:

E, embora talvez (ou, antes, certamente, como direi logo mais) eu tenha um corpo ao qual estou muito estreitamente conjugado, todavia, já que, de um lado, tenho uma idéia clara e distinta de mim mesmo, na medida em que sou apenas uma coisa pensante e inextensa, e que, de outro, tenho uma idéia distinta do corpo, na medida em que é apenas uma coisa extensa e que não pensa, é certo que este eu, isto é, minha alma, pela qual eu sou o que sou, é inteira e verdadeiramente distinta de meu corpo e que ela pode ser ou existir sem ele. (DESCARTES, 1973, p. 142)

Pela distinção proferida entre substância extensa e substância pensante, o estar *conjugado* com o corpo requer alguma outra coisa que esteja além do *pensamento*. Em vista disto, Descartes descreverá no décimo nono, no vigésimo e no vigésimo primeiro parágrafo desta *Sexta Meditação* a existência de uma faculdade passiva, caracterizada como *sentimento*, que é resultado do conjugado mente/corpo e que proporciona também a percepção de outros corpos. Este reconhecimento de uma certa sensibilidade estabelecerá também a certeza da *existência das coisas materiais*, além da própria certeza absoluta da existência dos corpos. No vigésimo parágrafo ele escreve:

[...] não me tendo dado nenhuma faculdade para conhecer que isto seja assim, mas, ao contrário, uma fortíssima inclinação para crer que elas me são enviadas pelas coisas corporais ou partem destas, não vejo, como se poderia desculpá-lo de embaimento se, com efeito, essas idéias partissem de outras causas que não coisas corpóreas, ou fossem por elas produzidas. E, portanto, é preciso confessar que há coisas corpóreas que existem. (DESCARTES, 1973, p. 143)

É importante notar neste trecho que quando Descartes escreve que não foi dada *nenhuma faculdade para conhecer* as coisas de uma maneira diferente da via sensível, e admite uma certa mistura entre a alma e o corpo, ele se refere ao fato de Deus não ser de maneira alguma um *deus enganador*, como outrora já lhe fora confirmado. Assim, a conclusão que lhe cabe é de que como Deus não proporcionou nenhuma outra forma de identificar um equívoco ou erro, esta maneira de conhecer as coisas do mundo, a saber, pela coisas corporais, é absolutamente verdadeira. Com isso, se firma nesta Sexta meditação sua décima primeira verdade; é certo que os corpos existem e possuem seu valor no processo de entendimento. De acordo com o que já expusemos, Descartes pode declarar neste momento, pelo que entende por *sentimento*, que possui uma alma que de certa forma encontra-se confundida e misturada com o corpo. Adiante ele escreve:

[...] A natureza me ensina, também, por esses sentimentos de dor, fome, sede, etc., que não somente estou alojado em meu corpo, como um piloto em seu navio, mas que, além disso, lhe estou conjugado muito estreitamente e de tal modo confundido e misturado que componho com que ele um único todo. Pois, se assim não fosse, quando meu corpo é ferido não sentiria por isso dor alguma, eu que não sou senão uma coisa pensante, e apenas perceberia este ferimento pelo entendimento, como o piloto percebe pela vista se algo se rompe em seu navio; e quando meu corpo tem necessidade de beber ou de comer, simplesmente perceberia isto mesmo, sem disso ser advertido por sentimentos confusos de fome e de sede. Pois, com efeito, todos esses sentimentos de fome, de sede, de dor, etc., nada são exceto maneiras confusas de pensar que provem e dependem da união, e como que da mistura entre o espírito e o corpo. (DESCARTES, 1973, p. 144)

Contudo, não podemos atribuir de maneira alguma a mesma autoridade do corpo no processo de conhecimento com a que já foi concedida ao espírito. Nos próximos parágrafos Descartes distinguirá claramente que os ensinamentos da natureza não se traduzem como *conhecimento*. A proposta de Descartes neste momento é de uma distinção das ordens do entendimento, onde a *natureza* se

limita a conceder uma informação biológica que será decifrada pela razão. No vigésimo sétimo parágrafo ele escreve sobre o conhecimento das coisas que estão fora de nós que ao que lhe confere "somente ao espírito, e não ao composto do espírito e corpo, que compete conhecer a verdade dessas coisas" (DESCARTES, 1973, p. 145).

Certamente estas argumentações remeteram Descartes a um questionamento da intenção divina ao misturar o espírito com algo que o confunde constantemente. Desse modo, porque Deus permitiria a possibilidade de estarmos condenados ao erro pelos ensinamentos da natureza que não condizem com a realidade do mundo, sendo que estes apenas nos fornecem sentimentos confusos e limitações. Sobre isso, é prudente lembrar do que o filósofo já previamente adiantou em sua *Quarta meditação*: não conhecemos as intenções de Deus mas estas certamente são boas. Todavia, o que Descartes claramente enuncia ao concluir suas *Meditações* é a possibilidade de através do exercício da razão não recorrermos ao erro sempre, mas identificá-lo. Neste movimento a Metafísica seria um instrumento que proporcionaria ao homem o reconhecimento de si mesmo como um ponto finito passível do encontro com alguma certeza. A própria Metafísica seria portanto um exemplo da bondade divina e do desejo de Deus do desenvolvimento do pensamento humano ao passo que nos auxilia a encontrar ao menos nossas limitações e assim aceitarmos nossa finitude diante de um mundo que nos possibilita apenas uma realidade confusa e imperfeita. Neste sentido, Descartes foi muito bem sucedido ao inaugurar, nas palavras de Granger,<sup>2</sup> “uma *filosofia da consciência* que deixaria algumas tarefas e dilemas importantes aos que o precederam”.

Pelo projeto cartesiano, e por toda a ideologia que o cerca, o ponto de partida para a filosofia posterior será a limitação do homem por sua natureza finita mas também a possibilidade real que o mesmo possui de enunciar verdades sobre o mundo, ou seja, o sujeito se tornará consciência dotada de uma causalidade mecânica que irá dividi-lo e remete-lo a uma questão que atravessará

décadas e chegará até o pensamento contemporâneo da filosofia ocidental; será a consciência de cada ser particular responsável pelo mundo real ou será esta mesma consciência o reflexo de uma realidade anterior, objetiva. Descartes escreve no último parágrafo da *Sexta Meditação*:” [...] e, enfim, é preciso reconhecer a imperfeição e a fraqueza de nossa natureza.”(DESCARTES, 1973, p. 150). Contudo, por este enunciado, o filósofo restabelece uma verdade outra sobre o mundo que inaugurará um estatuto ontológico responsável por conceitos que cristalizados ao longo da filosofia ocidental estabeleceram uma forma particular do reconhecimento do ser no mundo. Sobre a definição de Alquié posta no início deste artigo nos remetemos agora a Merleau-Ponty em curso proferido no Collège de France: “ A preocupação do filósofo é ver; a do cientista é encontrar pontos de apoio para explicar o fenômeno. O seu pensamento não é dirigido pela preocupação de ver, mas de intervir. Quer escapar ao atoleiro do ver filosófico. Por isso trabalha frequentemente como um cego, por analogia (...)” ( MERLEAU-PONTY, 2000, p.139 ). No mesmo texto, contudo Merleau-Ponty também afirma que hoje não é possível ao filósofo não se interessar pela Ciência. Quanto a Descartes e seu projeto epistemológico parece ter visto, vivido e exaustivamente tentado explicar, aquele que reconheceu *ser*.

## Referências:

ALQUIE, F. *Galileu, Descartes e o mecanismo*, Lisboa : Gradiva, 1987

DESCARTES, R., *Meditações*, São Paulo: Abril Cultural, 1973.

\_\_\_\_\_. *Oeuvres de Descartes*. Paris: Vrin, 1996.1v.

GUÉROULT, M., *Descartes selon l'Ordre des Raisons*, Aubier, Paris, 1953, 2v.

MERLEAU-PONTY, M., *A natureza*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

---

<sup>2</sup> Refere-se a introdução elaborada por Granger contida na edição de 1973 da coleção *Os Pensadores* sobre Descartes.